

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 218 – 27/09 à 01/10/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Semana CANPAT Construção leva cultura prevencionista a 2,4 milhões de trabalhadores](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/09/2021

Para fomentar o tema, a entidade promove, desde 2017, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção (CANPAT Construção). Este ano, entre os dias 4 e 8 de outubro, de forma online, a Semana CANPAT Construção 2021 abordará temas como as novas Normas técnicas que entrarão em vigor no início de 2022, especialmente a NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção) e o Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), além de estimular o diálogo setorial levantando discussões sobre as principais causas de acidentes de trabalho e ações de combate à informalidade no setor.



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF libera tramitação de ADPF sobre prorrogação de jornada em atividade insalubre](#)

Supremo Tribunal Federal - 28/09/2021

Por decisão do Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF), voltará a tramitar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 422, em que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) questiona dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que submete a pactuação para prorrogação da jornada em atividades insalubres à prévia licença das autoridades competentes.

[Associação de procuradores questiona mudanças na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil](#)

Supremo Tribunal Federal - 28/09/2021

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) ajuizou, no Supremo Tribunal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7003, contra o decreto presidencial que reinstituuiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), que havia sido extinta em abril de 2019. Embora favorável à comissão, a associação argumenta que ela foi recriada com outro formato, outro tipo de composição e outras atribuições.

[Semana Nacional da Conciliação e Execução Trabalhista 2021 atendeu mais de 286 mil pessoas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2021

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e com os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) de todo o Brasil, realizou, no período de 20 a 24 de setembro, a Semana Nacional da Conciliação e Execução Trabalhista. Nos cinco dias de evento, foram atendidas 286.864 pessoas e movimentados R\$ 1.860.607.756 em processos na fase de execução, que garantiram direitos já reconhe-

cidos em juízo que aguardavam solução definitiva. O valor é superior ao recorde anterior, atingido na edição do ano passado (R\$ 1.825.027.573).

[Indústria é absolvida de pagar indenização por não quitar parcelas rescisórias no prazo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/09/2021

Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Casp S.A. Indústria e Comércio, de Amparo (SP), o pagamento de indenização por dano moral em razão da não quitação das parcelas rescisórias de um metalúrgico dentro do prazo previsto. Segundo a Turma, o atraso no pagamento, por si só, não configura lesão a direito personalíssimo do empregado que caracterize o dano moral.

[Infodemia: programa aborda o impacto do excesso de informação na saúde mental dos trabalhadores](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2021

O quinto e último episódio da terceira temporada do programa Jornada aborda uma doença que afeta quase 19 milhões de brasileiros: a ansiedade. Também mostra como o excesso de informações, a chamada infodemia, influi negativamente na saúde mental. Casos assim foram cada vez mais frequentes durante a crise sanitária decorrente da covid-19.

[Recusa a retornar ao trabalho não afasta direito de membro da Cipa a indenização substitutiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou um condomínio e uma construtora de Recife (PE) a pagar a indenização substitutiva referente à garantia de emprego de um carpinteiro que era membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Cipa). Para o colegiado, a recusa à reintegração proposta pela empresa não afasta o direito à estabilidade.



Notícias do Executivo

[Ministério e Caixa firmam acordo de cooperação para desenvolvimento da plataforma do FGTS Digital](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 30/09/2021

Mais um passo importante para a implementação do FGTS Digital foi dado nesta quinta-feira (30). Foi publicado no Diário Oficial da União o extrato do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e a Caixa Econômica Federal (Caixa) para contratação de empresa de tecnologia, prestadora de serviço, que será responsável pela conclusão do desenvolvimento e sustentação da Plataforma FGTS Digital.

[Divulgado Fator Acidentário de Prevenção \(FAP\) com vigência para 2022](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 30/09/2021

Já estão disponíveis para acesso pelas empresas as informações referentes ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) 2021, com vigência para o ano de 2022 - conforme portaria MTP/ME nº 2, publicada no último dia 21 de setembro. O fator foi calculado para o universo de 3.352.858 estabelecimentos.

[Brasil cria 372.265 novos postos de trabalho formais em agosto](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 29/09/2021

O saldo do emprego com carteira assinada em agosto de 2021 ficou positivo em 372.265 postos de trabalho. Os números são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado, nesta quarta-feira (29), pelo Ministério do Trabalho e Previdência. No acumulado de janeiro a agosto de 2021, o saldo é de mais de 2,2 milhões de novas vagas de emprego, decorrente de 13.082.860 admissões e 10.878.873 desligamentos.

[Melhora dos níveis de atividade já provocou retomada sustentada do emprego formal e informal](#)

Ministério da Economia - 30/09/2021

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou na quinta-feira (30/9) a [Nota Informativa — Retomada do emprego formal e informal com a melhora da atividade](#). Uma das principais conclusões é que o avanço da vacinação tem contribuído de forma clara para a sustentação da retomada econômica após a fase crítica de impactos gerados pela pandemia do novo coronavírus. Em consequência, essa recuperação dos níveis de atividade está gerando resultados positivos consistentes para o mercado de trabalho. O estudo da SPE considera dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um ano, considerando o trimestre móvel encerrado em julho de 2021, houve avanço significativo: mais de sete milhões de pessoas conseguiram ocupação no período.

[Brasil tem recorde de empresas abertas no segundo quadrimestre do ano](#)

Ministério da Economia - 30/09/2021

O novo [Boletim do Mapa de Empresas](#) do Ministério da Economia, divulgado nesta quinta-feira (30/9), revela que o Brasil obteve mais uma vez recorde no número de empresas abertas em um quadrimestre, alcançando a marca de 1,4 milhão de novos negócios. O saldo positivo de empresas em funcionamento no país de maio a agosto de 2021 chegou a 936.229. Esse saldo é a diferença entre todos os negócios abertos (1.420.782) e fechados (484.553) no período. O total de empresas ativas no Brasil é de 18.440.986.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Governo federal lança medidas de acessibilidade voltadas às pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/09/2021

Em evento realizado nesta segunda-feira (27) o governo federal lançou medidas de acessibilidade voltadas às pessoas com deficiência. Entre elas está ampliar, por meio do programa Pátria Voluntária, a divulgação do site PCD Legal, biblioteca virtual com conteúdo acessível para todas as pessoas com deficiência e que foi desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo. A Constituição Federal acessível é um dos conteúdos disponibilizados no PCD Legal.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em artigo, Auditor do Trabalho Lucas Reis aborda impactos da reforma trabalhista de 2017 no combate ao trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/10/2021

Em artigo publicado no livro “Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus impactos na América Latina”, o Auditor-Fiscal do Trabalho Lucas Reis da Silva, que é diretor do SINAIT, aborda a reforma trabalhista de 2017 e os possíveis impactos da flexibilização causada por ela no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. O artigo do Auditor pode ser conferido a partir da página 453 da publicação – [clique aqui para acessar a obra completa](#).

Outras Notícias

[Empresa deve indenizar trabalhadora por limitar uso do banheiro](#)

Consultor Jurídico - 03/10/2021

As empresas devem permitir que os trabalhadores deixem seus postos a qualquer momento da jornada para satisfazer suas necessidades fisiológicas. Com esse entendimento, a 13ª Vara do Trabalho de São Paulo condenou uma empresa de sistemas de alarmes a indenizar uma funcionária em R\$ 10 mil por restringir suas idas ao banheiro.

[Empresa deve indenizar por xingar funcionário e exibir ranking de resultados](#)

Consultor Jurídico - 27/09/2021

Por considerar que as cobranças eram desrespeitosas e atingiam a dignidade do trabalhador, a 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região condenou uma empresa de comércio digital a indenizar em R\$ 5 mil um operador de telemarketing.

[Realizar exames médicos ocupacionais por meio de recursos da telemedicina não é legal](#)

Revista Proteção - 01/10/2021

A regulamentação da atividade, que até então andava a passos lentos, foi percebida como uma aliada nas estratégias de combate e prevenção à Covid-19 e, em abril do ano passado, foi sancionada a Lei nº 13.989/20, que permitiu o uso de telemedicina no Brasil, pelo menos enquanto durar a crise provocada pela pandemia. As modalidades que podem optar por esse tipo de atendimento são de atendimento pré-clínico, suporte assistencial, consulta, monitoramento e diagnóstico. O parecer [CFM 8/2020](#) do Conselho Federal de Medicina, emitido em 21 de maio de 2020, veda o uso de telemedicina para exames ocupacionais.

[TST vai decidir se Covid-19 pode ser doença do trabalho](#)

Revista Proteção - 30/09/2021

O Tribunal Superior do Trabalho vai julgar se a Covid-19 pode ser considerada doença do trabalho. O recurso será analisado pela 2ª Turma do TST sob relatoria do ministro José Roberto Freire Pimenta. O julgamento, que ainda não tem data marcada para acontecer, pode se tornar um complicador para as empresas. “Se for considerado um acidente de trabalho, todo trabalhador que contraiu a doença terá direito à estabilidade de doze meses após a alta previdenciária, ou seja, o empregador não vai poder dispensar esses colaboradores durante esse período.

[ANPD prorroga prazo para recebimento de contribuições da consulta pública sobre a norma de aplicação da LGPD para microempresas e empresas de pequeno porte](#)

Autoridade Nacional de Proteção de Dados - 29/09/2021

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) prorrogou em 15 dias o prazo para envio de contribuições para consulta pública sobre a norma de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais para microempresas e empresas de pequeno porte. O prazo inicialmente previsto se encerraria no dia de hoje, 29 de setembro. A decisão de prorrogação foi tomada pelo Conselho Diretor da Autoridade no dia de hoje, 29 de setembro, seguindo o voto do relator da matéria, Diretor Arthur Sabbat. De acordo com o relator, a “prorrogação permitirá um maior debate da norma com a sociedade”.

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 5.011, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 27/09/2021 Seção I Pág. 53) - GIIL-RAT. SAT. GRAU DE RISCO. ATIVIDADE PREPONDERANTE. ATIVIDADE PRINCIPAL. CNAE. FILIAL;

[PORTARIA INSS Nº 928, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 27/09/2021 Seção I Pág. 158) - Dispõe sobre o cumprimento da Ação Civil Pública 5007220-11.2012.4.04.7205 - Blumenau/SC - Revisão de benefícios de Aposentadoria por Idade;

[PORTARIA INSS Nº 929, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 27/09/2021 Seção I Pág. 158) - Dispõe sobre os procedimentos para análise de serviços da Manutenção de Benefícios e dá outras providências;

[RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE AGOSTO DE 2021](#) (DOU de 28/09/2021 Seção I Pág. 74) - Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 127, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 29/09/2021 Seção I Pág. 62) - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DO EMPREGADOR SOBRE O SALÁRIO-MATERNIDADE. NÃO INCIDÊNCIA. TEMA DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 129, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 29/09/2021 Seção I Pág. 62) - RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. EMPRESA INDIVIDUAL. REMUNERAÇÃO. PRO LABORE. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AO EMPRESÁRIO E SEUS DEPENDENTES. INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA: REQUISITOS;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 171, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 29/09/2021 Seção I Pág. 62) - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA NA FONTE. PAGAMENTO COM AÇÕES;

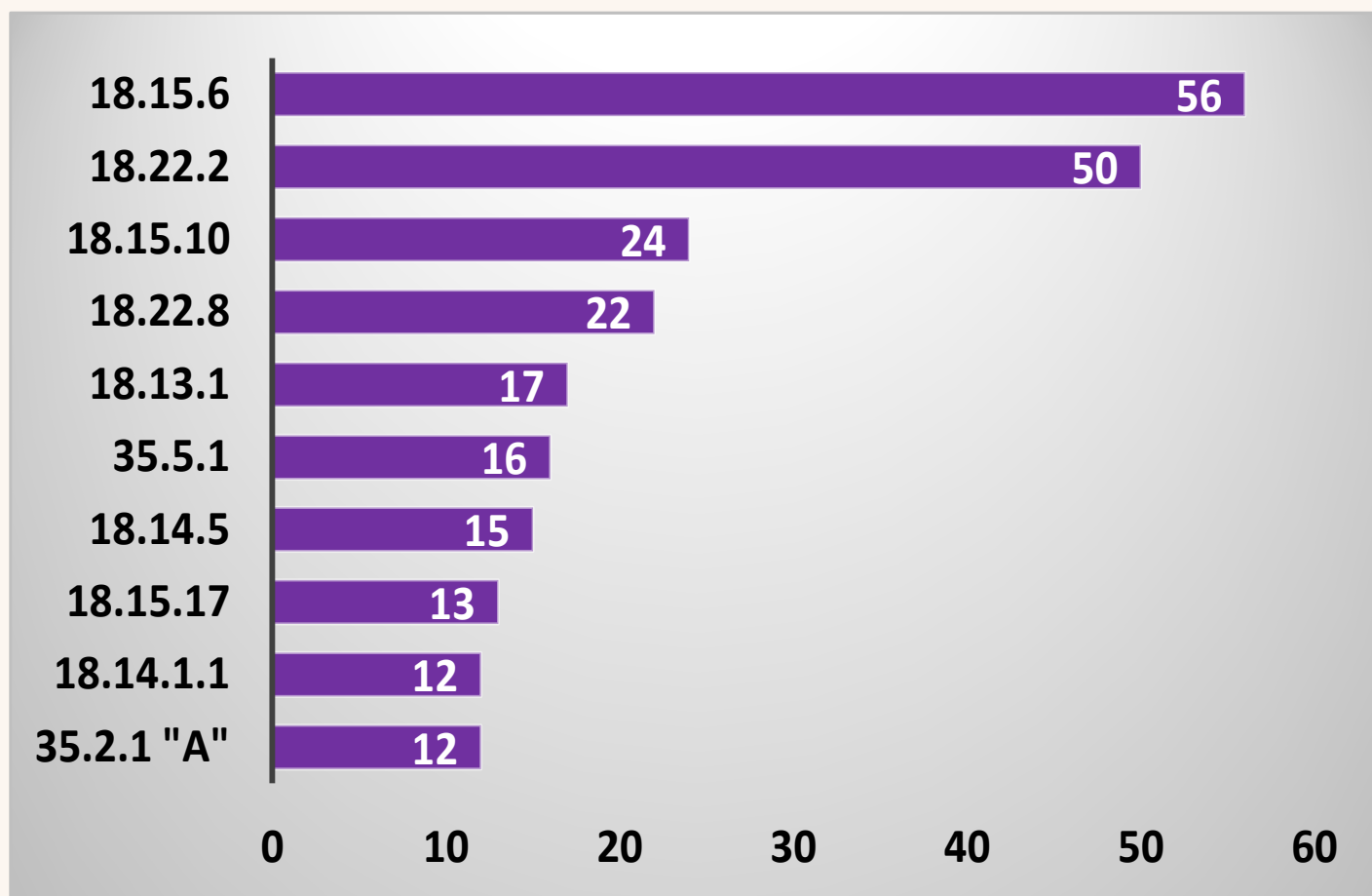
[PORTARIA SRTB-RJ/ME Nº 11.726, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 30/09/2021 Seção I Pág. 261) - Torna sem efeito a [Portaria SRTB-RJ/ME nº 11.104 de 20 de setembro de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2021, Seção 1, páginas 93 e 94;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 164, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 01/10/2021 Seção I Pág. 68) - NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. ÁLCOOL EM GEL. LUVAS. MÁSCARAS DE PROTEÇÃO CONTRA A COVID-19.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/jul):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.10 Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.

18.22.8 Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

18.14.5 No transporte e descarga de materiais, perfis, vigas e elementos estruturais é proibida a circulação ou permanência de pessoas sob a área de movimentação da carga e devem ser adotadas medidas preventivas quanto à sinalização e isolamento da área.

18.15.17 O andaime deve ser fixado à estrutura da construção, edificação ou instalação, por meio de amarração e estroncamento, de modo a resistir aos esforços a que estará sujeito.

18.14.1.1 Os equipamentos de transporte vertical de materiais e de pessoas devem ser dimensionados por profissional legalmente habilitado.

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula